



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10850.001422/95-25

Acórdão : 203-04.969

Sessão : 13 de outubro de 1998

Recurso : 101.033

Recorrente : MOACYR PRANDI

Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP

ITR – CONTRIBUIÇÕES - O art. 10, § 2º, do ADCT, determina a cobrança juntamente com o ITR. Qualquer insurgimento terá que transitar pelo judiciário. Cálculo da Contribuição para a CNA, com equívoco. **Recurso parcialmente provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
MOACYR PRANDI.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator.**

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1998

Otacílio Dantas Cartaxo
Presidente

Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Renato Scalco Isquierdo, Mauro Wasilewski, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Elvira Gomes dos Santos e Sebastião Borges Taquary.

cl/mas/fclb



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10850.001422/95-25

Acórdão : 203-04.969

Recurso : 101.033

Recorrente : MOACYR PRANDI

RELATÓRIO

Retorna de diligência o Processo acima, com a finalidade de esclarecer por via de cálculos, o aumento do valor para a Contribuição CNA no exercício de 1994 em relação ao exercício de 1993.

As fls. 49, vêm os cálculos solicitados, que sustentam-se na NOTA MF/SRF/COSIT/DIPAC n. 108/95 onde o VTN maior que 1.500 X MVR e até 150.000 X MVR terão o mesmo VTN multiplicado por 0,001 e adicionado de 2,4 MVR que é equivalente a 42,86 UFIRs.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10850.001422/95-25

Acórdão : 203-04.969

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE
ALBUQUERQUE SILVA

Evidencia-se no Recurso, irresignação quanto ao recolhimento da Contribuição, amparada em interpretação do texto constitucional e em Decisões do Judiciário que anexou. Entretanto, já pacificado e sendo entendimento adotado por este Colegiado, que as Contribuições sobre o exercício da atividade rural, têm sua cobrança sob o amparo do art. 10, parágrafo 2º do ADCT/CF88.

Com relação ao aumento da Contribuição para a CNA, havido no exercício de 1994, ocorreu um equívoco, tanto no lançamento quanto no resultado da Diligência, pois que, considerando-se o VTN tributado no valor de 158.527,50 UFIRs, se multiplicado pelo coeficiente de 0,001 terá como resultado o equivalente a 15,85 UFIRs e não 158,52 UFIRs como demonstrado.

Diante do exposto, dou provimento parcial ao Recurso, para fins de revisão do lançamento quanto à Contribuição para a CNA.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1998

FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA